



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

27/06/2022 – ELEIÇÕES 2022

CNI defende a criação de uma política a longo prazo para inovação no Brasil

Às vésperas das eleições, a CNI listou um conjunto de prioridades para melhorar o ambiente de inovação no País, tarefa fundamental para tornar as empresas mais competitivas

Avançar na agenda da inovação exige persistência e, para isso, é preciso priorizar o tema na agenda pública, com políticas de longo prazo e bem coordenada, com o objetivo de posicionar o país entre as economias mais inovadoras do mundo nos próximos anos. Também é necessário, entre outras tarefas, garantir recursos para projetos relevantes, estimulando parcerias público-privadas, e formar profissionais alinhados às novas tendências tecnológicas e exigências de mercado.

“Precisamos implementar uma política que estimule as empresas a investir na constante incorporação de novas tecnologias, na produção de bens de alto valor agregado adequados às crescentes exigências dos consumidores. Esses são os requisitos indispensáveis para a construção de uma indústria conectada com a era do conhecimento e de um país próspero e socialmente justo”, afirma Gianna Sagazio, diretora de Inovação da [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#).

A criação desse ambiente propício à inovação requer a mobilização de todos os atores do ecossistema, com a execução de ações em diversas frentes e ampla representação de distintos segmentos da sociedade. Para alcançar esses objetivos, a CNI defende a construção de uma estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) de longo prazo. O caminho para alcançar esse objetivo está no documento *Inovação: motor do crescimento*, que integra as [Propostas da Indústria para as Eleições 2022](#), entregues aos pré-candidatos à Presidência da República.

Para vencer os grandes desafios colocados pelas novas tecnologias, e reduzir o nosso atraso tecnológico, o Brasil precisará intensificar o processo de modernização da indústria, assim como acelerar o desenvolvimento da infraestrutura, da qualificação de seus trabalhadores e da capacitação de empresas.

Investimento em inovação

A inovação é o grande aliado do país para a retomada do crescimento e tornar o setor competitivo. A ciência, tecnologia e inovação (CT&I) têm que ser vistas como investimento e não como gasto para o Brasil. Os recursos são fundamentais para irrigar nosso sistema e apoiar as empresas a serem mais inovadoras e competitivas.

O Brasil ainda não conta com uma economia puxada pela inovação, embora haja praticamente consenso entre as lideranças e instituições empresariais sobre a relevância da inovação. “É preciso reduzir nosso atraso tecnológico, fortalecer nossa pesquisa e elevar a qualidade de nossa educação, por meio de políticas e estratégias de inovação, com objetivos e metas claras capazes de facilitar a absorção, a adaptação e a geração de novas tecnologias pelas empresas. Além disso, a agenda de desenvolvimento precisa incorporar a pauta de sustentabilidade, que, hoje, ocupa lugar central nas economias avançadas e na qual o Brasil tem enorme potencial de liderança.”, declara Gianna Sagazio, diretora de Inovação da CNI.



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

Uma pesquisa realizada esse ano pela CNI, mostrou que apenas 10% das empresas utilizaram linhas de financiamento público à pesquisa e desenvolvimento (P&D) ao longo do ano de 2020. De acordo com os dados, 89% das empresas consultadas custearam a atividade inovação com recursos próprios.

Em 2019, o Brasil investiu apenas 1,21% do PIB em P&D. Esse percentual é muito inferior ao de países que se destacam na agenda de inovação, como Israel - que dedica 4,93% do seu PIB para P&D, China (2,23%), Japão (3,2%) e Estados Unidos (3,07%). A média de investimentos entre os países da OCDE é 2,48% do PIB.

A CNI considera fundamental o aumento dos investimentos em inovação, em especial, políticas públicas que alavanquem o investimento privado. Nesse sentido, defende-se medidas como o aprimoramento da Lei do Bem, diversificação das fontes de fomento e a aplicação integral dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), maior fonte de financiamento à CT&I do país.

“Estamos na contramão de países desenvolvidos, que reconhecem o papel do Estado no fomento à inovação, ciência e tecnologia. Os frutos de um ambiente nacional mais aberto para a inovação são colhidos pela própria sociedade, com aumento da qualidade de vida das pessoas, redução do custo da tecnologia, criação de empregos melhores. Por isso, o Brasil precisa, urgentemente, definir e implementar uma estratégia de inovação de longo prazo”, reforça Gianna Sagazio.

Transformação digital, sustentabilidade e inclusão social como diretrizes para inovação

A transformação digital, a inclusão social e a sustentabilidade devem ser tratadas como pilares para a inovação, no sentido de que devem ser perseguidos pelas empresas e governos em busca da modernização da indústria e da sociedade. Isso implica em estabelecer parcerias público-privadas visando ganhos de competitividade e benefícios para todo setor.

O Brasil tem condições para avançar na agenda digital combinada com a agenda de sustentabilidade, investindo no desenvolvimento de tecnologias limpas para as empresas e a sociedade.

Nesse debate, outro fator essencial é a geração de oportunidades por instituições como o [Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial \(SENAI\)](#), que qualificam profissionais para o mercado de trabalho e podem usar sua infraestrutura e expertise para impulsionar a digitalização e sustentabilidade nas empresas, assim como, inclusão social. A maior parte dos capacitados é de jovens das classes C, D e E, que saem dos cursos preparados para trabalhar na indústria. O setor produtivo precisa cada vez mais de trabalhadores com qualificação para atender os desafios da nova realidade da Indústria 4.0 e da economia verde.

Empresas apostam em inovação aberta como estratégia competitiva

As parcerias entre empresas e *startups*, universidades e instituições de pesquisa são cada vez mais frequentes. Essa união, quando feita com a finalidade de inovar, é conhecida como inovação aberta. A inovação aberta já é realidade há pelo menos duas décadas em países mais inovadores, como Estados Unidos, Israel e Alemanha, onde grande parte das universidades mantém departamentos dedicados à colaboração com empresas.

No Brasil, a inovação aberta não é mais novidade no mercado, mas os casos de parcerias para inovações em processos e produtos ainda são tímidos, com mais frequência em grandes empresas. A fim de estimular a inovação aberta e a agenda de inovação no Brasil, a CNI firmou parceria, desde 2020, com o [SOSA](#).



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

A empresa israelense desenvolveu uma das principais plataformas de inovação aberta no mundo, que hoje reúne mais de 15 mil *startups* prontas para gerar soluções para empresas e investidores em todo o mundo. Com sede em Israel, um dos países mais inovadores do mundo, o SOSA conta com *hubs* de inovação em mercados estratégicos, como Nova Iorque e Londres. A parceria busca aproximar a indústria brasileira das *startups* nos ecossistemas mais inovadores do mundo e acelerar a inovação empresarial.

Agenda de inovação é prioritária para indústria

A agenda de inovação é uma das prioridades da CNI, e por meio da coordenação da Mobilização Empresarial para Inovação (MEI), que reúne cerca de 500 grandes empresas inovadoras, atua na defesa de políticas para CT&I. Um dos objetivos da CNI é fazer com que a inovação esteja no centro da estratégia corporativa e de desenvolvimento do país, como vetor de crescimento e competitividade. As propostas da CNI para as eleições presidenciais de 2022 refletem as prioridades debatidas no âmbito da MEI.

Confira as propostas da CNI para intensificar a modernização das relações de trabalho

Estruturação de política de CT&I de longo prazo e de instâncias de governança bem definidas

1. Estruturar uma Política Nacional de CT&I, orientada à transição para uma sociedade mais digital e sustentável, que seja objetiva, consistente, de longo prazo, com proposta de metas e indicadores de monitoramento e avaliação de resultados e impactos.
2. Definir instâncias de governança no mais alto escalão de governo, com a participação do Estado, da academia, do setor empresarial e da sociedade civil organizada, tendo, como colegiados principais, um Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia renovado e a Câmara de Inovação.
3. Incorporar a inovação na agenda econômica, como instrumento essencial ao aumento da produtividade e da competitividade.
4. Mapear e adaptar as melhores práticas internacionais em CT&I, para o desenvolvimento do SNCT&I.

Melhoria do ambiente regulatório de CT&I

5. Aperfeiçoar a Lei do Bem e a Lei de Startups, assegurando perenidade, conforme detalhado ao longo deste documento.
6. Criar regulamentação do Sistema Nacional de CT&I, a fim de assegurar tratamento prioritário ao investimento em P&D.
7. Aperfeiçoar a legislação de inovação, para garantir que, além dos bens, os insumos importados utilizados em pesquisas e inovação também possam usufruir dos benefícios de isenção fiscal já previstos. Aprimorar o processo de solicitação e aprovação dos projetos apresentados pelas empresas para torná-lo mais simples e ágil.
8. Adequar a legislação, por meio de minuta de projeto de lei, de modo a facilitar a mobilidade de pesquisadores, inclusive de empresas.
9. Instituir fóruns de debate para promover o estreitamento da relação entre órgãos de controle, Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT) e empresas.
10. Fortalecer o trabalho do INPI, por meio da interação, celebração de acordos e aprendizagem com escritórios internacionais de propriedade intelectual, bem como da concessão de autonomia administrativa e financeira.

Investimento em CT&I em patamares internacionais



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

11. Assegurar que o orçamento público para CT&I seja executado na sua totalidade.
12. Alinhar o orçamento público para CT&I a uma estratégia de longo prazo, que vise à superação de grandes desafios nacionais.
13. Aumentar a dotação destinada à subvenção econômica e aporte de capital, a fim de que o FNDCT apoie projetos mais ambiciosos, de maior risco tecnológico.
14. Reformular o modelo de gestão do FNDCT, de modo a aumentar sua aderência à Política Nacional de CT&I e garantir resultados mais efetivos para o SNCT&I.
15. Explorar as fontes alternativas de financiamento à CT&I já existentes e estimular o desenvolvimento de novas fontes, de maneira a diversificar os instrumentos de apoio à inovação e aumentar a disponibilidade de recursos.

Formação de recursos humanos para inovação

16. Priorizar a formação e requalificação de recursos humanos em áreas ligadas à transformação digital e sustentabilidade.
17. Ampliar as matrículas na Educação Profissional e adequar a oferta às demandas de médio e longo prazo dos setores produtivos.
18. Colocar em ação um plano de longo prazo, para fortalecer a formação em STEAM e acelerar as reformas de currículos, por meio de incentivos para a imersão de professores e diretores de escolas em experiências concretas, com metodologias e ferramentas de ensino atualizadas, tendo como pontos de partida a expansão da formação em engenharia e a elevação de sua qualidade.
19. Promover o debate em torno da formação STEAM na agenda educacional em todos os níveis, a fim de disseminar seus princípios e práticas nas redes de ensino.